

O ESTADO BONAPARTISTA EM MARX: HISTÓRIA E LUTA DE CLASSES

*Carlos Batista Prado**

RESUMO

O objetivo do presente artigo é discutir o surgimento do Estado bonapartista a partir da leitura d'O 18 Brumário de Karl Marx. Essa obra tem suscitado diferentes interpretações e grandes debates sobre conceitos fundamentais. Buscaremos enfatizar que o bonapartismo não é resultado de condições puramente econômicas, mas da história enquanto luta de classes. Dessa forma, evidenciaremos o papel dos aspectos subjetivos, as estratégias e as ações dos homens e das classes na luta política e na transformação histórica.

PALAVRAS-CHAVE: *Bonapartismo. História. Luta de classes.*

Em meados do século XIX, a França carregava peculiaridades históricas que a colocavam numa posição privilegiada, pois desde o final do século XVIII, com o advento da Revolução Francesa, se situava num lugar de destaque no cenário europeu. Por suas características históricas, Marx considera que a França era o país mais avançado do velho continente no desenvolvimento das contradições sociais e econômicas. Por conseguinte, o proletariado francês era conscientemente mais adiantado e desde Babeuf, passando pelos socialistas utópicos, a sociedade das mercadorias começava a ser posta em questão.¹

A França era o país símbolo da revolução burguesa e parecia caminhar para um novo momento de transformações. A luta de classes se manifestava de forma decisiva e as contradições econômicas do capital encontravam suas representações em reivindicações políticas. Diante da revolução de fevereiro de 1848, quando a burguesia com a ajuda do proletariado, derrubou a monarquia de julho e fundou a segunda república francesa, Marx não teve dúvidas de que se iniciava um novo período revolucionário na história europeia.

* Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: carlosprado1985@hotmail.com.

¹ No prefácio para a terceira edição alemã de **O 18 Brumário**, Engels afirma: "A França é o país em que, mais do que em qualquer outro lugar, as lutas de classe foram sempre levadas ao seu termo decisivo e onde, por conseguinte, as formas políticas mutáveis nas quais se processam essas lutas e nas quais se condensam seus resultados adquirem contornos nítidos. [...] Esta é a razão pela qual Marx não só estudava a história anterior da França com especial predileção, como também seguia sua história contemporânea em todos os detalhes, reunindo materiais destinados a futura utilização. Por isso, neste terreno nunca se via surpreendido pelos acontecimentos" (apud MARX, 2000, p. 12).

Passada a turbulência das lutas políticas, Marx se dedicou à análise dos fatos, fazendo o que hoje se chamaria de história do tempo presente. Sobre os eventos de 1848, ele publicou uma série de artigos cobrindo especialmente os acontecimentos alemães e franceses. Suas obras mais importantes desse período são **A burguesia e a contrarrevolução**, **As lutas de classes na França** e **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**; o primeiro aborda a revolução burguesa alemã e os outros dois tratam da ascensão bonapartista na França.

Em **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**, Marx analisa atentamente o curso da história durante a segunda república francesa, desde a queda de Louis Philippe durante as jornadas de fevereiro de 1848, até o golpe de Estado de Louis Bonaparte em dezembro de 1851.² Para McLellan (1990, p. 261) essa obra de Marx, é “o seu mais brilhante panfleto político”. Sem dúvida, o principal diferencial desse texto é que nele se desenvolve uma análise de conjuntura. Trata-se de uma análise histórico-política, no qual o objetivo não é a formulação de leis gerais e análises abstratas, mas a compreensão de um evento em específico, de um período determinado.

O objetivo do presente artigo é discutir como a bibliografia pertinente ao tema tem buscado explicar o surgimento do Estado bonapartista a partir da leitura d'**O 18 Brumário**. Para tanto, faremos uma revisão bibliográfica, comentando as principais obras sobre o tema, expondo as diferentes concepções e discutindo suas polêmicas. Buscaremos evidenciar como essa obra tem suscitado diferentes interpretações e grandes debates sobre pontos fundamentais da obra de Marx. É a partir da análise do bonapartismo que poderemos discutir o lugar do econômico e da política na transformação histórica, assim como as teorias economicistas e deterministas em oposição às interpretações mais subjetivistas.

A TEORIA DETERMINISTA DE SADER

Sader foi um dos primeiros estudiosos brasileiros a se dedicar à análise d'**O 18 Brumário**. Sua obra intitulada **O Estado e a Política em Marx**, publicada na década de 1990, foi escrita no final da década de 1960, durante um curso de pós-graduação em filosofia. No segundo capítulo desse texto, intitulado “O bonapartismo: o Estado na política de Marx”, Sader discorre longamente sobre a queda da segunda república francesa e a ascensão de Louis Bonaparte ao poder. Por muito tempo essa obra serviu de base para os brasileiros que gostariam de estudar o tema, tornando-se uma referência constante em artigos e teses que abordavam a política em Marx.

Ao analisar o texto de Sader, o que mais chama a atenção é a visão economicista, determinista e evolucionista que transparece nas entrelinhas de sua abordagem. Ele explica alguns dos principais eventos históricos como resultado direto das condições e necessidades econômicas. É assim que ele aborda a ascensão da monarquia de julho em 1830, a revolução de 1848 e o triunfo do bonapartismo em 1851. Demonstra que os três principais eventos políticos da França pós-napoleônica estão diretamente relacionados às necessidades econômicas de um país que vive um período de crescimento e desenvolvimento capitalista. Em suas palavras: “Ficou delineado como os fatos históricos dependem, em seu peso, do momento de instauração e desenvolvimento do modo de produção capitalista” (SADER, 1998, p. 113).

² Segundo o próprio Marx, **O 18 Brumário de Louis Bonaparte** nasceu da pressão imediata dos acontecimentos e foi escrito, em 1852, a partir de vários artigos que haviam sido encomendados por Joseph Weydemeyer, para a apresentação de um seminário político em Nova York. Todavia, o seminário nunca se realizou, mas surgiu, na primavera daquele mesmo ano, uma publicação mensal, *Die Revolution*, cujo primeiro número consistia na publicação integral dos artigos de Marx sobre o golpe de Estado do sobrinho de Napoleão Bonaparte. O título da obra faz uma referência ao primeiro Bonaparte, que em 1799 tomou o poder na França, colocando um ponto final no processo revolucionário que se desenrolava desde 1789.

O autor busca explicar o desenvolvimento histórico como resultado apenas das necessidades econômicas. Sua análise dá pouca ênfase ao papel que a política desempenhou, ou seja, ao papel da luta de classes diante dos conflitos sociais que abalavam a França. O papel que a classe operária desempenhou em fevereiro e junho de 1848 é menosprezado pelo autor ao enfatizar que esta ainda não estava consciente de seus interesses. Sader aponta que: “A classe operária estava ainda insuficientemente organizada, e os outros setores sociais se definem pela heteronomia em relação a essas classes, de tal forma que o campo ficou livre para o acesso da burguesia industrial ao Estado” (SADER, 1998, p. 65).

Sader pouco discute sobre a aliança entre a burguesia e a classe operária no processo de luta contra a monarquia de julho e também não se preocupa em analisar o levante operário de junho e as razões da derrota dessas jornadas, que para Marx significaram o primeiro grande conflito entre a burguesia e o proletariado.³ A análise de Sader parece presa à leitura determinista e economicista ao enfatizar que os eventos políticos são simplesmente uma forma de atualizar a superestrutura política em relação às necessidades da infraestrutura econômica. Segundo sua leitura, as transformações históricas não são motivadas pelas necessidades das classes em luta, mas sim por necessidades puramente econômicas do desenvolvimento capitalista.

Para Sader, o bonapartismo aparece como o resultado de uma evolução econômica, pois segundo sua análise, “a revolução de 1848 representa a cristalização do capitalismo na França, pela hegemonia do capital industrial” (SADER, 1998, p. 96). Nessa perspectiva, ele acredita que a queda da monarquia de julho colocou fim ao domínio exclusivo da burguesia aristocrática e abriu caminho para a ascensão da burguesia industrial, demarcando o triunfo ou a consolidação final do capitalismo em terras francesas. Por conseguinte, sua leitura afirma que o Estado bonapartista aparece como a forma política correspondente a essa nova realidade econômica. Ele observa que “o Estado precisa corresponder às necessidades de reprodução, das relações de reprodução no capitalismo” (SADER, 1998, p. 73).

Sader interpreta **O 18 Brumário** a partir de uma leitura evolucionista da história. Dessa forma, à medida que progride as relações de produção e as forças produtivas, o Estado se adequa e apresenta formas superiores de organização. Por conseguinte, a revolução de 1848 significou o triunfo da burguesia industrial na França, rompendo com o monopólio da burguesia aristocrática, abrindo caminho para o capital industrial se desenvolver de forma plena, consolidando a hegemonia do capitalismo em território francês. Nessa perspectiva, o autor aponta que “o Estado bonapartista corresponde à fase de hegemonia em que, ao reproduzir de forma multiplicada suas relações de produção, o capital superou o Estado liberal” (SADER, 1998, p. 97).

Em sua leitura mecanicista, Sader distingue etapas do desenvolvimento capitalista e observa que para cada uma dessas fases do desenvolvimento econômico existe uma forma estatal correspondente. Segundo sua análise, “há uma forma tradicional de apropriação do Estado pela burguesia, que é República Parlamentar; ela corresponde à fase de luta da burguesia pela instauração das relações capitalistas de produção” (SADER, 1998, p. 97-98). Porém, ele observa que uma vez superada essa etapa, o Estado precisa se desenvolver para uma forma superior, que segundo sua leitura, é historicamente mais avançada, e correspondente à hegemonia capitalista. Sader escreve que “Marx aponta o Bonapartismo como uma forma historicamente superior de apropriação do Estado pelas classes dominantes” (SADER, 1998, p. 99).

³ Ao comentar a derrota dos insurretos operários em junho de 1848, Marx escreve em **O 18 Brumário** que o proletariado sucumbiu “com as honras de uma grande luta histórico-universal” (MARX, 2000, p. 26).

Por fim, ele acrescenta que o golpe de Bonaparte

não é um episódio contingente na história política francesa. [...] O 18 brumário é o fim do desenvolvimento da centralização do poder estatal que teve início ao tempo da monarquia absoluta e do declínio do sistema feudal (SADER, 1998, p. 80).

O golpe de Estado de Napoleão III é explicado como resultado de um processo progressivo da história, como a continuidade de um movimento de centralização do Estado, em curso desde a ascensão da burguesia em luta contra o antigo regime.

Essa interpretação apresentada por Sader se baseia, essencialmente, em uma passagem de Marx (2000, p. 135): “Todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina (o Estado), ao invés de destruí-la”. A partir dessa citação, Sader interpreta que o bonapartismo não é uma contingência, um desvio ou um retrocesso histórico, mas resultado de um desenvolvimento político progressista de centralização estatal que corresponde às necessidades econômicas da burguesia em sua fase hegemônica.

Por conseguinte, o bonapartismo e a centralização do Estado são interpretados como a forma política correspondente ao capitalismo em seu pleno desenvolvimento. O golpe de Louis Bonaparte não significa um retrocesso ou resultado da contrarrevolução, nem está inserido num processo de repetição histórica; pelo contrário, Sader encara essa forma de Estado como resultado do progresso econômico, como um avanço, ou seja, como a forma mais avançada do Estado capitalista.

Ao enfatizar que o bonapartismo é a forma estatal correspondente ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, Sader consolida sua interpretação baseada em uma leitura economicista, determinista e evolucionista da história. Essa interpretação pode ser questionada não apenas em termos conceituais, abstratos, como também pela própria história do século XIX e XX. Pois se para Sader, o bonapartismo “revela-se como a verdade do Estado burguês” (1998, p. 105), então, ele não é uma exceção histórica, não se trata de um acaso, mas uma forma estatal que deve se desenvolver em todos os Estados que alcançam o desenvolvimento do capitalismo industrial, e isso não corresponde à realidade histórica. Se o bonapartismo é a forma estatal mais elevada da sociedade burguesa e, portanto, a forma preferencial para o seu desenvolvimento hegemônico, então, as grandes nações industrializadas, como a Inglaterra e os Estados Unidos teriam sido as primeiras nações a desenvolverem um regime bonapartista. Todavia, esta forma estatal tem surgido historicamente não em momentos de consolidação e hegemonia da burguesia, mas em momentos em que a classe dominante parece frágil diante de conjunturas políticas conflituosas e busca o suporte em governos autoritários e centralizados.

BARSOTTI E A CONTRAREVOLUÇÃO BURGUESA

Outro texto muito interessante para a análise do bonapartismo em Marx é a tese de Barsotti, intitulada **Marx, defensor do Estado? O Estado, a política e o bonapartismo no pensamento marxiano**. Nesse texto o autor também compreende o bonapartismo a partir da passagem em que Marx afirma que as revoluções burguesas têm desenvolvido o Estado, aprimorando a sua centralização. O raciocínio desenvolvido por Barsotti expressa similaridades com a interpretação apresentada por Sader. Eis uma interessante passagem:

todas as revoluções que a burguesia opera, na realidade serão consideradas como revoluções políticas, isto é, de aprimoramento e aperfeiçoamento de seu Estado e

de sua dominação. Cada passo desse processo determinava uma forma específica de Estado correspondente aos interesses materiais das frações burguesas (BARSOTTI, 2002, p. 281).

Essa passagem deixa evidente que, para o autor, o bonapartismo aparece como resultado do desenvolvimento da forma centralizada de Estado que seria determinada pelas condições materiais do capitalismo. Barsotti se apoia na tese economicista de que cada fase do desenvolvimento econômico capitalista apresenta uma forma específica de Estado, que sempre corresponde às necessidades da base econômica. Essa interpretação aponta para uma história progressista e evolucionista que se manifesta na evolução constante da forma estatal mediante revoluções políticas lideradas pela burguesia em favor dos seus interesses econômicos. Barsotti acrescenta que:

À luz dessa experiência histórica é que Marx extrai as leis de tendência do desenvolvimento do Estado moderno, isto é, de seu aperfeiçoamento burocrático e de seu caráter repressivo e opressivo, o que coloca o bonapartismo como uma forma superior e não, como querem alguns, um acidente histórico ou um momento de descuido e destempero do estado capitalista (BARSOTTI, 2002, p. 316).

Essa passagem é ainda mais clara ao enfatizar o caráter necessário e evolucionista do Estado bonapartista. Assim como Sader, ele aponta o bonapartismo como forma superior, como um último estágio do desenvolvimento do Estado capitalista, como a manifestação de uma tendência histórica. Barsotti desenvolve essa mesma leitura no artigo intitulado “O bonapartismo em Marx”, no qual busca comparar o primeiro e o segundo Bonaparte, enfatizando o desenvolvimento progressivo da forma estatal que se tornou cada vez mais centralizada, burocrática e repressiva. Eis mais uma importante passagem: “a farsa não parece ser um acidente histórico, mas sim o ponto máximo da linha de aperfeiçoamento e ampliação da máquina estatal, centralização do poder no executivo, de autonomia do estado burguês desenhada desde a sua gênese” (BARSOTTI, 2011, p. 12).

Essas citações são suficientes para percebermos as similaridades entre ambas as interpretações apresentadas. Nelas o bonapartismo aparece como uma forma superior de Estado, correspondente aos interesses materiais da burguesia. Essa interpretação compreende a formação de um Estado centralizador como um desenvolvimento necessário, como resultado de uma tendência histórica. Não se trata de uma contingência, mas do resultado final de uma evolução progressista da forma burguesa de Estado que é determinada pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Mas as similaridades entre os textos de Sader e Barsotti param por aí. Pois, para o segundo, a centralização que caracteriza o bonapartismo não é resultado da hegemonia do capital na França; pelo contrário, é resultado do esgotamento da via revolucionária burguesa. Se, por um lado, Sader encontra o nexo causal do bonapartismo no desenvolvimento econômico, ou seja, no avanço hegemônico do capital na França, por outro, Barsotti parece identificar uma crise e um declínio do domínio burguês em território francês.

Barsotti desenvolve sua argumentação se apoiando na passagem em que Marx (2000, p. 47-48) afirma que se em 1789 “a revolução move-se, ao longo de uma linha ascensional. [...] com a revolução de 1848 acontece o contrário. [...] a revolução move-se em linha descendente”. Marx aponta que se a revolução francesa cumpriu suas tarefas históricas, a revolução de 1848 iniciou um “movimento regressivo”. Partindo dessa análise, Barsotti afirma que o processo revolucionário

burguês se encerra em 1830, data na qual, segundo o autor, se instala do domínio efetivo do capital na França, juntamente com a monarquia de julho. Nessa perspectiva, a revolução de 1848 e o golpe de Louis Bonaparte são símbolos não do apogeu do desenvolvimento capitalista, mas do início da sua decadência.

Barsotti ressalta que durante as jornadas de fevereiro e de junho, a burguesia assistiu a ascensão do movimento operário e a luta por uma república social e foi esse ascender da luta do proletariado que determinou o fim das pretensões revolucionárias da burguesia, demarcando o seu recuo. Para o autor, onexo causal do bonapartismo não é o desenvolvimento econômico capitalista, mas uma crise de dominação burguesa. Crise essa que aponta para o início de um período contrarrevolucionário. Barsotti (2011, p. 13) afirma que “a burguesia na luta contra a revolução, quanto mais degrada o seu poder parlamentar, mais fortalece o executivo e sua máquina estatal burocrática e repressiva”.

Durante as revoluções de 1848 ficou evidente que o proletariado aparecia no cenário político como uma nova classe social. Em fevereiro se estabeleceu uma aliança entre os operários e a burguesia, mas esta foi quebrada logo em seguida diante do antagonismo dos interesses. As jornadas de junho evidenciaram justamente a separação entre essas duas classes, quebrando com o espírito fraternal existente e colocando em pauta uma nova luta. As jornadas de junho marcaram a ascensão do espectro do comunismo. A ameaça do perigo vermelho começava a rondar a Europa.

É dentro desse cenário que Barsotti aponta o bonapartismo no quadro da contrarrevolução. Ele escreve que a burguesia “vai aperfeiçoando, ampliando e centralizando a máquina estatal até encontrar, no golpe de dezembro de 1851, a forma mais eficaz e capaz de garantir a ordem e tranquilidade necessárias” (BARSOTTI, 2002, p. 282). A inquietude, que tirava o sono da burguesia, era justamente a ameaça da revolução social, o perigo vermelho. Dessa forma, o autor afirma que o golpe de Louis Bonaparte representa o triunfo da contrarrevolução burguesa, pois 1848 determina o fim do projeto revolucionário da burguesia que, diante da ameaça proletária, só pôde manter o seu poder se apoiando em um governo autoritário, centralizado e despótico.

Nessa leitura, o bonapartismo não é apenas resultado do desenvolvimento econômico, mas é resultado também da luta de classes. A ditadura bonapartista, centralizada e autoritária aparece para a burguesia como o melhor modelo de Estado por que é capaz de apaziguar as massas pela força, impedir o debate político, livrando-a dos constantes conflitos políticos postos pela república parlamentar. Assim, a burguesia deixava de ser refém das eleições e do debate infrutífero do parlamento. Para manter o seu domínio, a burguesia rompeu com a república e se apoiou no autoritarismo, pois essa forma estatal era capaz de proporcionar pela força e repressão a tranquilidade necessária para os seus negócios.

Leitura muito similar a de Sader e Barsotti encontramos na tese de Assunção, intitulada **Pandemônio de infâmias: classes sociais, Estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo**. A autora também apoia sua argumentação na ideia de um desenvolvimento progressista da forma estatal em direção à centralização e burocratização. Ao se questionar sobre a origem desse Estado centralizador, ela afirma que ele “surgiu do – e apressou o – declínio do sistema feudal, ainda na era da monarquia absoluta” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 188). Assunção aponta que essa forma estatal teve suas origens no período anterior às revoluções burguesas, mas que a tarefa foi concluída, passo a passo, pelas transformações políticas que se sucederam à queda do antigo regime.

A autora acrescenta que “a Revolução Francesa de 1789 daria andamento à tarefa que a monarquia iniciara: a centralização [...]. Napoleão aperfeiçoou este aparelho e as monarquias francesas do século XIX apenas dividiram melhor as tarefas”. Assunção também compreende que a ascensão do bonapartismo não é resultado do acaso ou da contingência histórica, mas representa o desenvolvimento de um Estado burocrático e repressivo, processo que tem início antes mesmo da revolução francesa e que está ancorado na ascensão econômica da burguesia.

E de forma muito similar a Barsotti, a tese de Assunção caracteriza o bonapartismo com o traço da contrarrevolução, expressão política da burguesia em sua luta contra a classe operária. Ela afirma que:

O bonapartismo é a forma clássica de supremacia da burguesia em seu período contrarrevolucionário; [...] símbolo da decadência e da mesquinhez em que vivia a burguesia agora contrarrevolucionária, a única forma de governo possível numa sociedade na qual a burguesia já estava em decadência, tinha perdido a iniciativa política, e o proletariado ainda não alcançara a maturidade suficiente para impor sua própria pauta (ASSUNÇÃO, 2005, p. 197).

O bonapartismo aparece para Assunção como resultado de uma crise política, num período em que a burguesia e o proletariado se mostram incapazes de assumir as rédeas do Estado de forma direta e dirigi-lo segundo os seus interesses. Essa interpretação se baseia em uma famosa passagem de **A guerra civil na França**, quando Marx (2011, p. 56) observa que o bonapartismo “era a única forma de governo possível em um momento em que a burguesia já havia perdido e a classe operária ainda não havia adquirido a capacidade para governar a nação”.

DEMIER E A CRISE HEGEMÔNICA

A recente tese de Demier também desenvolve uma leitura partindo desse pressuposto de que a burguesia e o proletariado estariam incapacitados politicamente para a tarefa de apresentarem-se diante do poder estatal. Seu trabalho, intitulado **O longo bonapartismo brasileiro**, apresenta uma interpretação peculiar sobre o golpe de Napoleão III e merece ser observado de forma atenta.

O que mais chama atenção na abordagem apresentada pelo autor é que ele se apropria de um conceito de Gramsci para explicar o golpe de Louis Bonaparte. Demier argumenta que “em termos gramscianos, o que se verificava desde fevereiro de 1848, e que agora se aguçava com a fragmentação do partido da ordem, era uma verdadeira ‘crise de hegemonia’” (DEMIER, 2012, p. 69). O autor identifica a conjuntura política que se desenvolve na segunda república francesa com o conceito de “crise hegemônica”. É interessante notarmos que Demier aponta “a existência de um nexos causal entre uma situação de crise hegemônica e o surgimento de regimes políticos de natureza bonapartista” (DEMIER, 2012, p. 31).⁴

Gramsci (2007) esclarece no famoso “Caderno 13” que as sociedades capitalistas ocidentais se constituem como “sociedades de massas”, caracterizadas por apresentarem diversos segmentos sociais, entidades políticas e culturais. Nessas sociedades de capitalismo avançado, a “sociedade civil” se desenvolveu significativamente e, diante desse fato, a burguesia não poderia impor seu domínio apenas como classe dominante, mas também deveria se impor como classe dirigente. Surge,

⁴ Em outra interessante passagem, Demier observa que “o regime bonapartista é, portanto, uma – e talvez a mais recorrente – dessas formas de dominação política correspondente a momentos históricos de ‘crise hegemônica’” (DEMIER, 2012, p. 34).

então, a necessidade dessa classe conferir o seu projeto político a todo o conjunto social, ou seja, a burguesia precisa apresentar os seus interesses privados e particulares de classe como interesses gerais da nação.

Para constituir um domínio de tipo hegemônico, a burguesia necessita colocar sob o seu domínio as classes subalternas, aparecendo como dirigente no cenário nacional, construindo assim, um domínio não apenas político, mas também ideológico. Essa dominação de tipo hegemônica não se dá apenas pela submissão coercitiva, mas também pela submissão consensual. Segundo as palavras de Gramsci: “O exercício normal da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado” (GRAMSCI, 2007, p. 95).

A hegemonia se constitui como resultado de inúmeros procedimentos ideológicos que constroem uma espécie de “consenso ativo”, por intermédio tanto do Estado como da sociedade civil. Segundo a tese de Gramsci, o domínio hegemônico faz “com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública” (GRAMSCI, 2007, p. 95). Nessas sociedades de massas, assistimos a multiplicações de jornais, revistas e associações que se constituem no interior da sociedade civil e, mesmo aparecendo como órgãos civis e independentes, sustentam e difundem os interesses da classe burguesa dominante, legitimando o *status quo* e construindo o consenso entre as classes subalternas. Também devemos ressaltar que para Gramsci a hegemonia se desenvolve no “terreno clássico do regime parlamentar”, ou seja, a configuração política “normal” da hegemonia capitalista é a democracia.⁵

Ao analisar o cenário político francês de 1848, Demier observa a existência de uma “aguda divisão social, de impasse político, enfim, de equilíbrio de forças e incapacidade hegemônica” (DEMIER, 2012, p. 18). A segunda república francesa assistiu, por um lado, a constituição do proletariado como força política, como movimento com interesses próprios e opostos à burguesia, mas que ainda se mostrava incapaz de se impor como classe dominante. Por outro lado, a burguesia entrou em conflito com o poder executivo e as disputas parlamentares revelaram sua incapacidade política em controlar o leme do Estado republicano. Dessa forma, se criou uma situação política em que as duas forças opostas características da sociedade capitalista se mostram incapazes de sobrepor a outra. Segundo Demier esse cenário político:

colocava a questão da hegemonia como uma forma de dominação social a ser construída pelas classes dominantes, desenhava-se uma situação em que nenhuma de suas frações e respectivas representações políticas (*republicanos, legitimistas, orleanistas* etc.) mostrava-se apta para dirigir politicamente o país, apresentando os seus interesses particulares como interesses gerais da nação (DEMIER, 2012, p. 69).

Demier identifica a crise política que se desenvolveu na segunda república francesa como um momento histórico em que nenhuma das frações do capital mostra-se em condições de exercer sua “hegemonia”, ou seja, de impor seus interesses de classe ao conjunto da nação. O proletariado, ao gritar pela revolução social, se apresentou como uma ameaça real ao projeto capitalista, e nenhuma das frações da classe burguesa se mostrou em condições de impor um projeto político ao conjunto social, configurando-se uma crise hegemônica. Diante dessa conjuntura, a possibilidade

⁵ “Para Gramsci, o regime jurídico-parlamentar era o resultado desse processo de expansão, expressando a sociedade civil no interior da própria sociedade política” (BIANCHI, 2008, p. 259).

de manutenção da ordem capitalista por meio da democracia parlamentar foi colocada em xeque. E nesse sentido, Demier conclui que surgiu o “regime bonapartista como uma solução política arbitral para a ‘crise de hegemonia’” (DEMIER, 2012, p. 69).

Não obstante, a argumentação do autor apresenta um problema que ele mesmo identifica em seu texto. Segundo o próprio Demier, o cenário de 1848 se apresentava como uma “formação social que ainda não se encerrava uma dominação de massas” (DEMIER, 2012, p. 51). Ainda não havia um proletariado independente com suas entidades, associações, jornais e outros segmentos culturais. Nesse cenário “a própria questão da ‘hegemonia’ não estava ainda historicamente colocada” (DEMIER, 2012, p. 51). Por conseguinte, Demier conclui que “podemos dizer que, historicamente, a ‘crise de hegemonia’ antecedeu a existência de uma ‘hegemonia’, propriamente dita” (DEMIER, 2012, p. 52).

O autor parece dar pouca importância para esse problema histórico, pois mesmo identificando essas questões, ele mantém a posição de explicar o bonapartismo como resultado da crise hegemônica. Todavia, acreditamos que o problema central na tese de Demier não é exatamente as adaptações que precisou fazer na teoria de Gramsci para explicar o cenário de 1848, mas sim, o fato de fugir do próprio Marx na busca pelo entendimento da crise que culminou no golpe de Louis Bonaparte.

Outro aspecto importante na leitura de Demier sobre o bonapartismo é que, ao contrário de Sader, Barsotti e Assunção, que caracterizam essa forma estatal como uma forma superior do Estado burguês, como resultado final de um processo de desenvolvimento de Estado centralizado, ele descreve que o Estado bonapartista não é o resultado de uma tendência histórica, mas sim, um Estado transitório, emergencial, em outras palavras, trata-se de uma exceção histórica. Em sua leitura, fica evidente que o conflito político é que está na raiz da ascensão bonapartista. É interessante observarmos que para o autor, o bonapartismo é resultado de uma crise conjuntural e imediata.

Demier (2012, p. 22) observa que “o bonapartismo é, ao menos nas nações centrais do capitalismo, uma forma de regime e de governo excepcional e transitória”. Partindo do pressuposto de que a forma estatal bonapartista é resultado de uma crise de hegemonia, logo, ele tende a desaparecer na medida em que essa crise é superada, seja pelo momento em que uma fração da classe dominante se apresente capaz de dirigir o Estado ou quando mobilizações sociais lhe retirem a sustentação social. Assim, o bonapartismo aparece como resultado de uma crise política conjuntural e só persistirá enquanto a crise hegemônica persistir. Tal interpretação é interessante e difere do que a bibliografia tem apresentado como a leitura mais aceita.

ANTUNES E A CRISE DA DIREÇÃO PROLETÁRIA

No artigo intitulado “Marx diante da ditadura bonapartista”, Antunes também compreende o golpe de Louis Bonaparte como resultado de um processo contrarrevolucionário encabeçado pela burguesia. Antunes, assim como Barsotti e Assunção, aponta que 1848 e a crise que se sucede a partir da instauração da república, revelam o esgotamento das forças revolucionárias da burguesia, abrindo o caminho da decadência e da contrarrevolução diante do perigo da ascensão proletária. Ele observa que “o bonapartismo seria para Marx a consequência lógica e necessária do fim da modernidade capitalista, do esgotamento de suas energias revolucionárias e da necessidade de salvá-la a qualquer preço de suas contradições” (ANTUNES, 2009, p. 56).

O levante operário de 1848 aparece para a burguesia como o resultado lógico de suas próprias contradições e, para consolidar a sua posição de classe dominante, ela abandona a revolução e parte para o campo oposto, o campo da contrarrevolução. Ela abandona o discurso pela liberdade e igualdade e assume o discurso pela ordem e pela tranquilidade: “a revolução permanente de 1789 converte-se assim em contrarrevolução permanente, movendo-se desse modo em linha descendente e regressiva” (ANTUNES, 2009, p. 56).

É interessante notar que Antunes também encontra a origem do bonapartismo na incapacidade demonstrada pela burguesia e pelo proletariado para governar e organizar o Estado. O autor afirma que o golpe de Bonaparte que colocou fim à segunda república francesa foi “resultado da incapacidade demonstrada tanto pela burguesia quanto pelo proletariado para controlar o poder do Estado. [...] Em meio ao vazio e a instabilidade de poder que se criaram durante o período de crise política” (ANTUNES, 2009, p. 57). Antunes encontra as raízes do bonapartismo na luta política, na incapacidade das classes se colocarem à frente do poder do Estado.

Torna-se necessário então investigar a origem dessa crise política e as razões para o fracasso da burguesia e do proletariado, e é justamente nesse ponto que encontramos a diferença entre a análise de Antunes e as dos outros autores já citados. Segundo sua argumentação, “a burguesia republicana teria sido deposta do parlamento por Bonaparte por conta de seu próprio cretinismo parlamentar [...] sua incapacidade para tomar verdadeiramente a direção do país e organizá-lo como uma nação burguesa” (ANTUNES, 2009, p. 59). O autor não encontra as razões da crise burguesa nas condições econômicas ou na ausência de uma construção hegemônica, mas na própria incapacidade política, posta pela luta de classes, mais precisamente na luta que se desenvolve entre o poder legislativo e executivo no período que se sucede às jornadas de junho e à vitória de Louis Bonaparte nas eleições de dezembro de 1848.

Antunes também caracteriza a crise do proletariado, que segundo sua compreensão é uma crise de direção. Ele escreve: “O bonapartismo se funda, em última instância, [...] na crise da direção do proletariado e na sua incapacidade para se constituir como classe verdadeiramente revolucionária” (ANTUNES, 2009, p. 63). Essas passagens são muito interessantes, pois determinam a ascensão do bonapartismo a partir de uma crise política conjuntural, o que enfatiza o papel da luta política, da organização das classes em luta na transformação histórica. Ao enfatizar a crise de direção, Antunes enfatiza uma crise posta por fatores subjetivos, postos pela própria organização da luta política pela ausência de um programa revolucionário.

Essa leitura que enfatiza a crise de direção se torna ainda mais interessante quando a confrontamos com as leituras apresentadas por Assunção e Barsotti, pois ambos também buscam caracterizar essa crise política do proletariado. Afinal, por que o proletariado não tomou o poder político? Por que ele saiu derrotado das jornadas de junho de 1848?

A incapacidade política apresentada pelo proletariado é destacada por Assunção (2005, p. 62) na seguinte passagem: “o proletariado parisiense [...] não havia atingido a plenitude de seu desenvolvimento e não podia impor um projeto autônomo à burguesia”. Diferentemente de Antunes, Assunção não encontra as causas dessa incapacidade do proletariado na política, numa crise de direção, mas sim, nas condições econômicas. Ela observa que “no que pertine ao desenvolvimento do proletariado industrial, afirmava Marx, é sempre condicionado pelo da burguesia industrial” e acrescenta que “ainda que a indústria francesa fosse avançada em relação

ao restante do continente, a burguesia industrial não era a dirigente do processo” (ASSUNÇÃO, 2005, p. 117). Essa leitura aponta que as razões da incapacidade política do proletariado estão vinculadas apenas ao baixo desenvolvimento da indústria francesa, assim, o desenvolvimento da consciência política aparece como que atrelado ao desenvolvimento das condições materiais e, dentro dessa lógica, uma indústria imatura desemboca num proletariado imaturo para desempenhar sua função revolucionária. Assunção (2005, p. 118) conclui de forma clara: “Trata-se, portanto, não de uma debilidade ingênita, mas da imaturidade histórica da classe operária, determinada pela própria situação da indústria que a engendrava”.

Não é difícil perceber as diferenças entre as concepções de Antunes e Assunção. Enquanto o primeiro autor aponta que a crise se deu por condições políticas, o segundo cai num determinismo econômico, afirmando que a revolução proletária só é possível a partir de um amplo desenvolvimento industrial. Essa mesma interpretação economicista da derrota do proletariado encontramos na leitura de Barsotti. Ele afirma que “com uma indústria parcial, [...] o capitalismo francês dependente do comércio mundial, não oferecia um palco que colocasse com toda plenitude o proletariado frente à burguesia industrial e fornecesse o ‘conteúdo nacional da revolução’” (BARSOTTI, 2002, p. 292). Essa citação deixa claro que o autor também compreende a imaturidade ou incapacidade política do proletariado como reflexo direto de um baixo desenvolvimento industrial.

Segundo essas concepções a vitória operária era impossível devido ao baixo nível de desenvolvimento técnico, ou seja, elas enfatizam as condições objetivas, como se o desenvolvimento das forças produtivas por si só bastassem para criar as condições revolucionárias. Essa leitura economicista acaba por anular o papel dos homens na história, anula o fator subjetivo, anula o próprio sentido da luta de classes e desemboca numa visão determinista.

WEBB E A CRÍTICA AO SOCIALISMO UTÓPICO

Para avançarmos nessa discussão se torna necessário apresentarmos a interpretação de Webb. No artigo intitulado “The eighteenth brumaire as the key to understanding Marx’s critique to utopian socialism”, ele evidencia que uma das razões da imaturidade política do proletariado estaria na persistência de ideias utopistas em suas fileiras. Merece destaque a compreensão de que, para o autor, o utopismo é apontado como a chave para compreensão da incapacidade política do proletariado em se posicionar revolucionariamente diante da burguesia. Webb afirma que:

For Marx, utopian systems had no place in the political landscape of the mid-nineteenth century. Utopian system-building had lost all importance, all practical worth and all theoretical justification. For this reason the proletariat’s ultimate recourse to “doctrinaire experiments” is taken as a key indicator of its own terrible defeat following the June insurrection of 1848 (WEBB, 2002, p. 248-249).⁶

Segundo Webb, **O 18 Brumário** é uma obra fundamental para compreendermos a crítica de Marx ao socialismo utópico, pois o processo revolucionário de 1848 colocará em xeque todas as concepções fantasiosas oriundas dos teóricos utopistas. Essa corrente fantasiosa se esgotará nesse período diante do amadurecimento da luta de classes, evidenciando todos os limites desse socialismo doutrinário.

⁶ “Para Marx, os sistemas utópicos não tinham mais lugar no cenário político de meados do século XIX. O sistema de construção utópica tinha perdido toda a importância, todo valor prático e toda a justificativa teórica. Por esta razão, esse último recurso do proletariado às experiências doutrinárias é tomado como um indicador chave de sua própria derrota terrível após a insurreição de junho de 1848” (Tradução nossa).

Webb (2002, p. 251) observa que “Marx bemoans the fact that the party of the revolutionary proletariat is still engaging in utopian phrasemongery. Nor was this a minor issue of petty party tactics. Rather it was an issue of profound theoretical and political importance”.⁷ A posição fraternal do proletariado durante a revolução de fevereiro e a derrota em junho se deve em grande parte ao posicionamento equivocado da luta operária diante da conjuntura que se desenvolvia. Segundo Webb (2002, p. 249): “the proletarians were evading a real resolution to social conflicts, and were opting instead to conjure the enemy away through ineffectual flights of fancy”.⁸

Para o autor, a diferença entre Marx e os utopistas é que o filósofo alemão descobriu as condições materiais para a emancipação do proletariado e que essa revolução é baseada nas condições reais de vida, na observação do real e é nesse contexto que o pensamento utópico se torna reacionário, pois não se baseia na compreensão do presente, mas na fantasia, em ideias abstratas e distantes das condições reais. Segundo Webb (2002, p. 250): “they were deceiving the masses (and often themselves) at the same time as they were heralding themselves as prophets”.⁹

O texto de Webb é importante para compreendermos as razões da derrota proletária em junho de 1848, pois evidencia como a presença do utopismo nas fileiras do partido operário corroborou para o seu fracasso. Assim, a ascensão do proletariado como classe dominante não dependia apenas de um amadurecimento econômico, das condições materiais ou do desenvolvimento da indústria francesa, mas sim, da superação de ideias que impunham limitações à luta do partido operário. Aqui, a persistência do socialismo utópico no interior da organização da luta operária desempenha um papel determinante. Trata-se da ausência de um amadurecimento político, ideológico-programático e não apenas de um amadurecimento das condições econômicas para a revolução.

A INCAPACIDADE POLÍTICA PROLETÁRIA E BURGUESA

Em *As lutas de classes na França*, Marx observa logo na abertura do texto que “todos os parágrafos mais importantes dos anais da revolução de 1848 a 1849 levam a epígrafe: *Derrota da Revolução!*” (MARX, 1986, p. 49). Essa passagem, assim como todo o texto, deixa evidente o sentido contrarrevolucionário da política burguesa que se consagrou vitoriosa derrotando a revolução social. Marx ainda acrescentou um comentário oportuno sobre a tragédia proletária ao afirmar: “Mas o que sucumbia nessas derrotas não era a revolução, eram os tradicionais apêndices pré-revolucionários” (MARX, 1986, p. 49). Os acontecimentos de fevereiro a junho de 1848 serviram para evidenciar que o socialismo doutrinário e utópico só poderia conduzir o proletariado a fracassos. A partir dessas jornadas ficou claro que não haveria emancipação no interior da ordem capitalista burguesa e que, se a classe operária almejava libertar-se, seria preciso trilhar um caminho marchando separada da classe burguesa e para além da ordem capitalista.

Em **O 18 Brumário** Marx também faz uma importante crítica a essa atuação equivocada da direção operária na condução da luta política:

⁷ “Marx lamenta o fato de que o partido do proletariado revolucionário ainda estava envolvido por frases utópicas. E isso não foi uma questão menor, de táticas partidárias mesquinhas. Pelo contrário, foi uma questão de profunda importância teórica e política” (Tradução nossa).

⁸ “os proletários foram fugindo de uma resolução real de conflitos sociais, e foram optando por evocar um inimigo distante através de ineficazes voos fantasiosos” (Tradução nossa).

⁹ “eles estavam enganando as massas (e, muitas vezes eles próprios), ao mesmo tempo em que estavam anunciando-se como profetas” (Tradução nossa).

Os dirigentes mais importantes do proletariado na Assembleia Nacional e na imprensa vão caindo sucessivamente, vítimas dos tribunais, e figuras cada vez mais equivocadas assumem a sua direção. Lança-se em parte para experiências doutrinárias, bancos de troca e associações operárias, isto é, para um movimento no qual renuncia a revolucionar o velho mundo com a ajuda dos grandes meios que lhe são próprios, e tenta pelo contrário, alcançar sua redenção nas costas da sociedade, de maneira privada, dentro de suas condições limitadas de existência, e, portanto, necessariamente fracassa (MARX, 2000, p. 26).

Marx evidencia a postura contrarrevolucionária da burguesia em limitar constantemente a influência dos dirigentes operários. Após a revolução de fevereiro, todos os ministérios da nova república foram distribuídos entre os membros da burguesia, excluindo os líderes operários. O proletariado que até então só tinha conquistado o espaço para lutar, foi às ruas, numa marcha que reuniu vinte mil pessoas e, a contragosto da burguesia, conquistou a formação de um Ministério especial para o trabalho. Essa comissão foi presidida por Luís Blanc e se reunia no Palácio de Luxemburgo, ou seja, num local afastado da sede do governo provisório. Mas além do fato de permanecerem isolados, o ministério não possuía orçamento e tampouco alguma atribuição executiva. Nessas condições, Marx observa que “um ministério proletário tinha ser, necessariamente, o ministério da impotência” (MARX, 1986, p. 59).

O proletariado, preso a concepções doutrinárias, pensava ser possível emancipar-se junto à burguesia, sem revolucionar a sociedade, ou seja, pensava ser possível conquistar a emancipação dentro da ordem burguesa capitalista. Questionando as ações estratégicas da luta operária, Marx observa que “o proletariado de Paris ainda não era capaz de sair dos limites da república burguesa, a não ser nas suas ilusões, na sua imaginação; como agia sempre e por toda parte a serviço da república burguesa” (MARX, 1986, p. 71). Assim, o que a Comissão de Luxemburgo buscava era uma organização para o trabalho, mas o trabalho já havia sido organizado; sua organização era o trabalho livre e assalariado.

Não tardou para que o proletariado percebesse que não haveria espaço para as suas reivindicações nos debates em torno da Constituição Nacional. Quando o proletariado responde às pretensões contrarrevolucionárias da burguesia, vai às ruas e faz explodir as jornadas de junho, o governo provisório encontra o pretexto perfeito para colocar o exército em marcha contra os manifestantes e impor-lhes uma derrota decisiva. A partir de então, a classe operária só aparecerá na luta política como um apêndice da social democracia. Marx comenta: “Ao deixar-se guiar pelos democratas diante de tal acontecimento e ao trocar o interesse revolucionário de sua classe por um bem-estar momentâneo, os operários renunciaram à honra de se tornarem uma potência conquistadora” (MARX, 2000, p. 78-79). Nessa passagem fica mais uma vez demonstrada a crítica de Marx à direção revolucionária operária, que não possuía um programa autônomo e independente e, nessas circunstâncias, se arrastou atrás da *Montagne*, abandonando a luta por transformações verdadeiras. Essa ausência de um programa próprio da classe operária manifestada numa profunda crise de organização política será um dos fatores decisivos para a ascensão do bonapartismo.

A burguesia reunida no partido da ordem também cumpriu um importante papel para a ascensão do bonapartismo, ao conduzir a política de forma equivocada, ao fracassar em momentos cruciais. Marx, em diversas passagens de **O 18 Brumário**, demonstra que o partido da ordem fez escolhas erradas, se

acovardou e tomou uma série de medidas que acabaram por fortalecer cada vez mais o poder executivo de Louis Bonaparte, preparando o terreno para o golpe de 2 de dezembro de 1851.

Uma leitura atenta da obra de Marx evidencia não apenas os elementos objetivos, as necessidades econômicas da conjuntura política, mas também abre espaço para o elemento subjetivo, para um terreno propriamente político. Marx mostra momentos de bifurcação histórica, critica a todo o momento a atuação da burguesia parlamentar, deixando claro que o aumento do poder executivo era resultado também da própria crise política da burguesia que se demonstrava incompetente politicamente para tomar o Estado. Marx observa: “o partido da ordem demonstrou que não sabia nem governar, nem servir; nem viver, nem morrer; nem apoiar a república, nem derrubá-la”.

Desde o momento em que a classe operária foi derrotada e só apareceria no cenário político de forma secundária, a luta política passou a se desenvolver diante da oposição entre o partido da ordem que compunha a Assembleia e o poder executivo, liderado por Louis Bonaparte, eleito presidente em dezembro de 1848. O jogo político se desenvolveu como uma queda de braço entre o poder legislativo e executivo e que, no final, diante das inúmeras falhas e equívocos dos seus representantes parlamentares, a burguesia rompeu com seus legisladores e apoiou a queda da república, clamando pela edificação de um governo forte e centralizado.

Vejamos alguns desses exemplos decisivos em que a incapacidade política burguesa prepara o terreno para o golpe de Bonaparte. Um dos mais importantes momentos destacados por Marx ocorre em janeiro de 1849 quando a própria burguesia deslegitima o poder legislativo. O partido da ordem surgiu durante as jornadas de junho, quando as dinastias *Bourbon* e *Orléans* se uniram para reprimir o movimento operário. Esse era o partido que dominava o parlamento. Um partido conservador que aglutina os representantes da alta burguesia fundiária e industrial.

Foi esse mesmo partido que dissolveu a Assembleia Nacional em janeiro de 1849. Em última análise tratou-se de uma autodissolução. A constituição já estava elaborada, mas a Assembleia ainda discutia *Leis Orgânicas* que deveriam complementá-la. A própria burguesia estava cansada de discussões insossas e de responder petições e concluiu que para a consolidação do novo governo essas leis poderiam esperar. Segundo observa Marx (2000, p. 42): “a dissolução era necessária para a restauração do crédito, para a consolidação da ordem, para por fim aos indefinidos arranjos provisórios e estabelecer uma situação definitiva”.

A queda da Assembleia foi orquestrada pela própria burguesia em busca de estabilidade. O partido da ordem, assim como seus representantes no Ministério Barrot, apelou ao povo contra a Assembleia, apelou contra as indefinições e debates sem fim. Segundo Marx (2000, p. 43): “Levaram, assim, as massas desorganizadas do povo à luta contra a Assembleia Nacional, expressão constitucionalmente organizada do povo”. A própria burguesia expôs a fragilidade e deslegitimou o poder legislativo, extinguindo a forma legalizada de organização das massas. Mais do que isso, os burgueses, acrescenta Marx (2000, p. 43), “ensinaram Bonaparte a apelar para o povo contra as assembleias parlamentares”. O golpe que a burguesia destinou à Assembleia abriu caminho para o golpe que Bonaparte preparava contra toda a legalidade burguesa. Foram os próprios republicanos representantes da legalidade burguesa que impulsionaram Bonaparte para a trilha da tirania. Marx conclui: “Foi assim que o próprio partido da ordem, quando não constituía ainda a Assembleia Nacional, quando apenas era ministério, estigmatizou o regime parlamentar” (MARX, 2000, p. 45).

Outro momento decisivo em que Marx destaca a incapacidade política burguesa, colocando seus erros estratégicos como determinantes para o curso dos acontecimentos se deu a partir das eleições parciais de 10 de março de 1850. O resultado das urnas apontou uma vitória massacrante dos candidatos social democratas. Diante da derrota, Bonaparte ficou sem saída e surgia o momento certo para a burguesia orquestrar a sua queda. Marx comenta que depois das eleições,

[Bonaparte] desapareceu atrás do partido da ordem. Rendeu-lhe tributo, pediu pusilanimemente perdão, prontificou-se a nomear qualquer ministério que a maioria parlamentar ordenasse, chegou ao ponto de implorar aos dirigentes dos partidos orleanistas e legitimistas, aos Thiers, Berryers, Broglíés, Molés, numa palavra, aos chamados brugraves, que em pessoa assumissem a direção do Estado (MARX, 2000, p. 76).

Essa citação expressa claramente que o bonapartismo não era a única saída para a burguesia francesa, mas se tornou a única saída justamente pela incompetência da burguesia parlamentar, pela sua covardia, pela ausência de um projeto ou um programa capaz de garantir a ordem e a tranquilidade no interior de uma república. Marx conclui afirmando que diante da maravilhosa oportunidade de tomar as rédeas do governo e dirigir o Estado de acordo seus interesses, “o partido da ordem não soube aproveitar este momento único. Em vez de tomar corajosamente o poder que lhe era oferecido, não obrigou sequer Bonaparte a reintegrar o ministério dissolvido” (MARX, 2000, p. 76).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Prefácio de 1859, para a segunda edição d’**O 18 Brumário**, Marx comparou sua análise com a de outros dois destacados escritores, Victor Hugo e Proudhon. Sobre o primeiro, Marx argumenta que apenas engrandecia a figura de Bonaparte, lhe atribuindo um papel decisivo sem paralelo na história. Já sobre o segundo, buscava apresentar o golpe de Estado como o resultado de um desenvolvimento histórico anterior e terminava com uma defesa histórica de seu herói. A análise de Marx divergia dessas anteriores: “pelo contrário, demonstro como a luta de classes criou, na França, circunstâncias e condições que permitiram a um personagem medíocre e grotesco representar um papel de herói” (MARX, 2000, p. 8). Esse é o principal objetivo do texto, compreender como a dinâmica da luta de classes se desenvolveu de tal maneira que possibilitou a queda da república e a ascensão de um governo baseado no passado e no autoritarismo.

Nossa interpretação assinala que o bonapartismo não foi resultado imediato e necessário do desenvolvimento econômico francês e também não foi determinado por um processo progressivo da forma estatal. Nossa leitura é de que a queda da república e a ascensão do Estado bonapartista resultaram da própria luta de classes que se desenvolveu nesse período de conjuntura política instável, em que o proletariado e a burguesia se mostraram incapazes para tomar o poder e dirigir o Estado.

Consideramos que os aspectos subjetivos foram extremamente importantes para o desfecho da luta que se travou no interior da segunda república francesa. O grau de conscientização da classe operária, assim como os erros estratégicos do partido da ordem vão criar as condições para o fortalecimento do poder executivo bonapartista e o esmagamento do poder legislativo, possibilitando um segundo 18 Brumário bonapartista.

O proletariado se encontrava imaturo politicamente, preso às ilusões de experiências doutrinárias e concepções fantasiosas, e foi arrastado para a derrota. A burguesia, por sua vez, tornou-se contrarrevolucionária e, temendo a luta proletária, preferiu se esconder atrás de um governo forte e centralizado. O partido da ordem seguiu uma série de estratégias equívocas e foi o principal responsável pelo triunfo do poder executivo e pela destituição do seu próprio poder.

Analisando alguns textos da bibliografia pertinente ao tema, percebemos como a obra **O 18 Brumário** de Marx suscita diferentes interpretações. Vimos que existem leituras divergentes sobre a ascensão do bonapartismo; alguns autores ressaltam a importância do fator econômico como determinante, outros, já apresentam o fator político e subjetivo. De qualquer forma, pudemos perceber que o tema do bonapartismo não repousa em bases sólidas e inquestionáveis, pelo contrário o debate sobre o tema ainda está vivo e a pretensão desse artigo é justamente a de contribuir para enriquecer essas discussões.

THE BONAPARTISM'S STATE IN MARX: HISTORY AND CLASSES STRUGGLE

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the emergence of the Bonapartist state from the reading of The 18th Brumaire of Karl Marx. This book has given rise to different interpretations and great debates about fundamental concepts. We'll seek to emphasize that Bonapartism is not the result of purely economic conditions, but of history as class struggle. Thus, will highlight the role of subjective aspects, strategies and actions of men and classes in the political struggle and the historical transformation.

KEY-WORDS: *Bonapartism. Classes Struggle. History.*

REFERÊNCIAS

ANTUNES, J. Marx diante da ditadura bonapartista. **Maisvalia**, n. 6, p. 54-63, 2009.

ASSUNÇÃO, V. N. F. de. **Pandemônio de infâmias**: classes sociais, Estado e política nos estudos de Marx sobre o bonapartismo. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2005.

BARSO*TTI, P. D. **Marx, defensor do Estado?** O Estado, a política e o bonapartismo no pensamento marxiano. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2002.

_____. O bonapartismo em Marx. In: **Anais do Colóquio Nacional Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática**. Niterói: UFF, 2011.

BIANCHI, A. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

DEMIER, F. A. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)**: autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. (Caderno 13). 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MCLELLAN, D. **Karl Marx: vida e pensamento**. Trad. J. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARX, K. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Global, 1986.

_____. **O 18 Brumário de Louis Bonaparte**. Trad. S. Chagas. São Paulo: Centauro, 2000.

_____. **A guerra civil na França**. Trad. R. Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

SADER, E. **O Estado e a política em Marx**. São Paulo: Cortez, 1998.

WEBB, D. Here content transcend phrase: the eighteenth brumarie as the key to understanding Marx's critique to utopian socialism. In: COWLING, M. MARTIN, J. (Ed.) **Marx's Eigtheenth Brumaire: (Post)modern Interpretations**. London: Pluto Press, 2002. p. 243-257.